
O PROCESSO DE INCLUSÃO NOS CURSOS DE EAD

Michela Melo da Silva¹

Resumo

O trabalho descreve a importância do ensino a distância no processo de inclusão nos cursos de EAD, tendo como objetivo o relato das possibilidades de inserção das pessoas com necessidades especiais, através do método científico e investigatório, lendo os relatos e pesquisas já executadas e aplicadas e também coletando dados através de entrevistas em cursos realizados online. A troca de experiências e o compartilhar de fontes de estudo torna o aluno com necessidades especiais incluso em todo processo de aprendizagem, há o respeito pela individualidade do aluno, não só fisicamente, mas cognitivamente, pois educação à Distância, fomenta a construção social possibilitando o desenvolvimento de uma sociedade em conflito educacional, portanto, na contemporaneidade ela deve ser pensada e entendida como fenômeno intelectual que possa contribuir para o desenvolvimento social, cultural, econômico, científico, filosófico e político da sociedade, possibilitando a inclusão, capacitação e a socialização do conhecimento no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: Educação a distância. Pessoas com deficiência. Inclusão.

Abstract

The work describes the importance of distance education in the process of inclusion in the E-LEARNING courses, aiming to the account of the possibilities of insertion of people with special needs, through the scientific and investigative method, reading the reports and surveys already carried out and implemented and also collecting data through interviews in online courses. The exchange of experiences and the sharing of sources of study makes the student with special needs included in any learning process, there is respect for the individuality of the student, not only physically, but cognitively, as distance education, fosters social construction enabling the development of a society in conflict, therefore, in contemporary times it must be conceived and understood as intellectual phenomenon that can contribute to the social development, cultural, economic, scientific, philosophical and political society, enabling the inclusion, empowerment and the socialization of knowledge in Brazil and in the world.

Keywords: distance education, People with disabilities, Inclusion.

¹ Professora, Escola Estadual Mariano Azevedo, michelams02@hotmail.com

1. Introdução

O desenvolvimento da Tecnologia da Informação possibilita diversas inovações em diferentes campos do conhecimento humano. Entre eles destaca-se o processo de ensino à distância, EAD, reforçado com as novas facilidades da era da Internet. Se para estudantes considerados normais este processo já se configura como de extrema utilidade, para estudantes portadores de deficiências este modelo tornou-se um grande auxílio no processo de desenvolvimento e aquisição do aprendizado. O professor como mediador do conhecimento estimula a criatividade e o pensamento crítico. Desta forma, o aluno consegue aprender sem depender do professor, que do contrário, poderia gerar desconforto para o aluno portador de necessidades especiais, que tem uma rotina de vida bem diferenciada dos outros alunos, fazendo com que a assimilação do conteúdo aconteça num ritmo particular para os alunos portadores de necessidades especiais. O que não significa privilegiar, mas sim incluir. Diante dessa realidade é inegável o crescimento da educação a distância, proporcionando conhecimento as pessoas que por um motivo ou outro não podem estar presentes em um espaço físico, formalizando sua aprendizagem em um sistema presencial, assim a EAD traz em sua modalidade de ensino a distância a possibilidade de inclusão que vai além do social, levando a inserção de pessoas com necessidades especiais que buscam esse tipo de ensino para superar as barreiras de um sistema educacional ainda excludente e tradicional. Para muitas pessoas, a modalidade de ensino Educação a Distância (EAD) é uma “educação de segunda linha”, “mais fácil”, “mais barata”, “menos trabalhosa”, enquanto isso, outros a consideram como uma das opções para melhorar o nível de escolaridade da população, além, é claro, de ser uma forma para promover a inclusão em todos os sentidos. O ensino a distância através de suas ferramentas digitais nos dá a ideia de um ensino voltado a superação de limites, não só territorial, mas pessoais onde cada um pode se adaptar as suas condições físicas e pessoais essa adaptação é hoje o principal motivo de crescimento da EAD pois é nessa ideia do que as tecnologias oferecem que seguem a perspectiva de uma educação especial à distância, moldada pelo próprio indivíduo para atender suas demandas. Vale considerar que a educação à distância é possível ser utilizada por indivíduos com diferentes tipos de necessidades especiais. As tecnologias podem trazer atividades e estratégias pedagógicas que contemplam os diversos estilos de aprendizagem. Podemos contar com diferentes recursos tecnológicos que permitem ao cidadão, independentemente de sua condição, o acesso ao conhecimento. (SALLES, HOVA, GALVÃO, 2011). Nesse sentido, outra característica

inerente à educação a distância, que é a personalização do ensino, é extremamente inclusiva, pois o ensino pode ser adaptado às necessidades especiais de cada estudante, sendo elas tanto de ordem física quanto cognitiva. O importante é perceber que, ao ritmo que a tecnologia se colocar na área educacional, são adequadas as possibilidades de individualização do ensino que o tornam mais inclusivo. Aparentar ser contraditório, mas, ao passo que alunos têm seu ritmo de aprendizado respeitado, com o uso de ferramentas que permitem focar nos pontos mais críticos do processo, os estudantes são nivelados: todos têm acesso aos mesmos benefícios. E isso vale para o aluno com e sem necessidades especiais. Se um não pode deslocar-se até a biblioteca, todos podem acessá-la digitalmente. Se um não pode estudar nos horários tradicionais por força da jornada de trabalho, todos podem optar pelo melhor período para realizar seus estudos individualmente. Esse é um dos princípios da inclusão: vale para todos e não deve ser confundida com privilégio. Percebe-se que não só as pessoas com deficiência possuem seus limites, mas que os ambientes das instituições convencionais de ensino são que, em verdade, estão incapacitados para recebê-las, mudando o foco da pessoa para o ambiente. As pessoas com deficiência encontram dificuldade de formação devido à falta de recursos necessários para atendê-los nas instituições de ensino. Tem-se como empecilho a falta de estrutura física e tecnológica. Nem todos os prédios estão adequados para receber um cadeirante, não possuem profissionais preparados para receber uma pessoa com deficiência seja ela qual for. É importante destacar que alguns descuidos inviabilizam a frequência de pessoas com dificuldades de locomoção, tais como os cegos, tetraplégicos ou até mesmo pessoas com mobilidade reduzida, além de obesos e idosos. Isso sem contar com a falta de estrutura urbana, transportes inadequados, péssimos calçamentos, trânsito intenso e falta de segurança. A EAD aliada à tecnologia vem suprir esta necessidade e amenizar os entraves, criando novos caminhos para as pessoas, com ou sem deficiência. Sem dúvida, a acessibilidade no ensino e a flexibilidade de horários, são benefícios bastante óbvios nessa relação entre estudante e formato de ensino. No entanto, é interessante perceber que a inclusão social é o que mais se destaca nas possibilidades que a EAD traz ao aluno especial. Parte essencial de qualquer aprendizado, o desenvolvimento de uma maior autonomia que a estrutura do EAD proporciona é algo extremamente benéfico não apenas para esse público, mas para todos os estudantes. A EAD tem contribuído muito na Educação a Distância e tais modalidades, mesmo que recentes, tem sido importante para inúmeros indivíduos em todo o país. A maneira que ocorrerá o processo de construção do conhecimento dependerá do aluno, superando suas dificuldades ou necessidades para obter determinado resultado. Apesar de

todas as divulgações a respeito desta modalidade de educação, o processo de aplicação do EAD encontra-se apenas no começo de suas possibilidades. Além das facilidades gerais que a inovação aplicada ao EAD possa trazer, outra grande perspectiva observada no momento considera as vantagens de se levar formação aos portadores de deficiência sem que estes tenham que se deslocar às instituições convencionais de ensino. É fundamental que se compreenda a importância do paradigma "educação para todos" para a sociedade. As pessoas com deficiência que ficam fora do sistema educacional e, conseqüentemente, sem acesso à cultura na vida adulta, podem encontrar dificuldades para conquistar a sua independência pessoal e a sua autonomia, sendo assim, pouco ou nada contribuirão e/ou produzirão à sociedade e ao país. Diante dessa assertiva, refletir sobre a igualdade de condições no século XXI, com toda a tecnologia existente, leva-nos a pensar que o computador e a telemática, entre outros, são recursos que podem colaborar com esse paradigma. A pessoa com deficiência que, através de uma tecnologia adaptada às suas necessidades, puder ter acesso ao conhecimento e ao processo de ensino-aprendizagem, poderá expor suas ideias e sentimentos a outras pessoas e poderá trabalhar, exercer sua cidadania e se integrar à sociedade. A Educação a Distância através da Internet apresenta perspectivas de cidadania para as pessoas com deficiência, principalmente para as que não podem locomover-se, ou as que ficam internadas em hospitais por um longo período de tempo e que, com isso, ficariam alheias ao sistema educacional. A Telemática, como recurso educativo, pode - através de projetos específicos ou não - proporcionar uma "educação para todos".

Todas essas transformações trouxeram mudanças para toda sociedade, que foi influenciada pelas NTICs e hoje é conhecida como Sociedade do Conhecimento. Muito tem se falado sobre o termo Sociedade do Conhecimento, que remete a uma valorização do saber e do saber ser em relação ao saber fazer, ou seja, o capital físico e operacional dá lugar ao capital intelectual, às competências que o indivíduo adquire por meio da educação, tais como se relacionar, cooperar, intervir e atuar de maneira consciente e cidadã no meio em que ocupa. Uma das grandes características dessa realidade social, que começou a se formar na Era Pós-Industrial, são as inovações tecnológicas.

Esse fator influenciou e continua influenciando o crescimento do acesso à informação. Sendo assim, o desafio atual é transformar informação em conhecimento. Esse desafio se dá, porque com a pluralidade de recursos e inovações proporcionados pelas tecnologias digitais, o indivíduo encontra-se cercado de aparatos tecnológicos que causam interesse e,

consequentemente, o uso dessas novidades passa a se intensificar. Emerge, então, a necessidade de um uso favorável à educação. SILVA e SILVA NETO (2008) p. 2.

O indivíduo está cercado pelas tecnologias e a informação chega a este com uma velocidade nunca antes imaginada. É preciso que o cidadão transforme esta informação em conhecimento e a educação tem este papel.

A EAD surge, então, como uma modalidade auxiliar, atendendo ao público que devido a correria do dia-a-dia não tem tempo de frequentar aulas presenciais diárias e até mesmo não está localizado na mesma região que uma instituição de ensino. Esta modalidade acaba por abranger um tipo de público que, devido às distâncias ou falta de acessibilidade nas instituições também passam a se aproveitar da EAD: as pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência fazem cursos que antes eram difíceis de serem iniciados e/ou concluídos devido à falta de estrutura física e às várias barreiras existentes para chegarem os prédios das instituições de ensino que, mesmo sendo legalmente obrigadas a disponibilizarem meios amigáveis de acesso e comunicação dentro de seus estabelecimentos, não se encontram preparadas para recebê-los.

Percebe-se que muitas mudanças são necessárias e emergentes, tais como criação de políticas públicas que viabilizem a aquisição de computadores e todos os recursos necessários para que as pessoas com deficiência consigam se qualificar sem ter que sair de suas casas. Por outro lado, temos de destacar que políticas públicas de acessibilidade para que essas universidades tenham uma educação inclusiva, que sejam em si mesmas acessíveis, já existem e que devem ser aplicadas para que essas pessoas possam enfrentar todos os obstáculos físicos e sociais existentes com mais comodidade.

As pessoas com deficiência há muito já vêm se especializando e fazendo cursos em entidades de ensino superior e até mesmo são professores em inúmeros desses cursos. Pessoas com deficiência podem se qualificar para serem aceitas e podem conseguir empregabilidade por meio de suas competências e não somente pelo fato de haver leis que garantam vagas por meio de cotas.

HISTÓRIA DO EAD

A educação à distância é conhecida desde o século XIX, porém somente nas últimas décadas começou a chamar a atenção e assumir um papel importante no processo educacional como um todo. Surgiu da necessidade de preparar profissionalmente milhões de pessoas que,

por motivos diversos (entre eles incapacidades físicas), não podiam freqüentar um estabelecimento de ensino. Com o surgimento de tecnologias computacionais e de informação, o EAD evoluiu e difundiu-se com maior velocidade, influenciando o ambiente educativo e a sociedade (SARAIVA,1996). Em 1833, conforme relata Saraiva (1996) um anúncio publicado na Suécia já se referia ao ensino por correspondência e, na Inglaterra, em 1840, surgiam os princípios de taquigrafia. Após a Primeira Guerra Mundial, surgiram novas iniciativas de EAD em virtude de um aumento na demanda social por educação, com o aperfeiçoamento dos serviços de correio, a agilização dos meios de transporte e o desenvolvimento tecnológico em comunicação e informação deu-se um impulso significativo para a disseminação desta metodologia de ensino. Conforme Saraiva (1996), o desenvolvimento do EAD pode ser dividido em três gerações: - Primeira Geração: ensino por correspondência, caracterizado por material impresso iniciado no século XIX. - Segunda Geração: teleducação/telecursos, como o recurso dos programas de rádio e televisão, aulas expositivas, fitas de vídeo e material impresso. - Terceira Geração: ambientes interativos, com a eliminação do tempo fixo para o acesso à educação, a comunicação é assíncrona em tempos diferentes e as informações são armazenadas e acessadas em tempos diferentes.

No Brasil, os pioneiros em educação à distância foram o Instituto Rádio Técnico Monitor, em 1939, O Instituto Universal Brasileiro, em 1941, e o Instituto Padre Réus, em 1974 (SARAIVA,1996). De acordo com Saraiva (1996), durante a década de 60, com o Movimento de Educação de Base (MEB), a Igreja Católica e o Governo Federal utilizavam um sistema rádio educativo: educação, conscientização, politização, sindicalismo etc. Na década de 70, a Fundação Roberto Marinho desenvolve um programa de educação supletiva à distância, para ensino fundamental e médio, fomentando o surgimento de fundações privadas e organizações não-governamentais que passaram a oferecer cursos supletivos à distância, com aulas via satélite complementadas por kits de material impresso, dando origem à segunda geração do EAD no Brasil. Em 1994, teve início a expansão da internet no ambiente universitário e, dois anos depois, surgiu a primeira legislação específica para EAD no ensino superior (SARAIVA,1996).

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CAMINHO PARA INCLUSÃO

O cenário educacional no que se refere à inclusão necessita ainda de informações e capacitações dos profissionais da educação e na formação de professores para ampliar a

qualidade na atuação profissional no atendimento as pessoas com necessidade especiais. A Educação a distância pode ser grande aliada no processo de inclusão por meio da capacitação e disseminação de informações. A Educação a Distância ganhou nos últimos anos o caráter democrático, ao considerar as características geográficas, econômicas e sociais de nosso país, difundindo o conhecimento apesar da distância, oportunizando assim, as pessoas das diferentes regiões brasileiras o acesso de forma quase igualitária. Nesse sentido, percebe-se um fortalecimento desta modalidade de ensino impulsionada por diferentes propostas que objetivam a popularização da educação. Nessa modalidade de ensino, que é a Educação a Distância, o aluno precisa desenvolver a autonomia no gerenciamento de seus estudos oportunizando a quebra de paradigmas e o desenvolvimento de novas habilidades e competências que se aproximam muito das exigências atuais no mercado de trabalho. Para que este processo de adequação tenha sucesso há necessidade de um acompanhamento sistemático de todo o processo. Nesse contexto educativo, outra questão importante a ser considerada é a possibilidade de adoção de estruturas curriculares flexíveis que esta modalidade de educação oferece percebemos uma maior adaptação às possibilidades e necessidades individuais, favorecendo o processo inclusivo na educação e, conseqüentemente, nos diversos âmbitos sociais.

EVOLUÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA (EAD)

Educação à distância (EAD), tem como características a separação física entre alunos e professores, com suportes realizados por tutores, permitindo ao aluno desenvolver o aprendizado de forma independente e flexível. O EAD proporciona o ensino de massa e atende a diversos públicos e interesses. A conexão entre as duas partes envolvidas no processo de aprendizagem se dá por meio de várias tecnologias, como internet, correio, rádio, televisão, vídeo, telefone, fax, celular, computador, entre outras (GUISO e MURARI, 2004, apud ARÉTI, 1994). Na opinião de Farias (2004), um curso à distância só pode ser assim definido quando, além do conteúdo e planejamento do estudo, existem recursos interativos que possibilitem a comunicação sistemática entre o aluno e o professor.

DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DO EAD PARA DEFICIENTES

Como explana Kelly et al (2005), a Comissão dos Diretos dos Portadores de

Deficiências da Inglaterra divulgou a importância do uso da Internet nos trabalhos relacionados a pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental. No relatório publicado consta que cerca de 45% dos casos relatados de deficiências não limitam o acesso do indivíduo aos recursos de informática. Desta forma o processo de educação à distância via Internet pode ser considerado mais do que um recurso disponível, um recurso evidentemente aplicável. Contudo, mais de 81% dos web sites testados nesta pesquisa não atenderam as

exigências mínimas que possibilitam o acesso de deficientes. Um ponto em discussão sobre este tema se refere a questões de legislação que, de acordo com as regulamentações internacionais existentes, tais como a (World Wide Web Consortium) W3C, a (Web Accessibility Initiative) WAI e a (Web Content Accessibility Guidelines) WCAG, podem coibir iniciativas de implementação de sistemas de e-learning para deficientes, vista a rigidez das delimitações destas normas no que tange as adequações para o uso dos sistemas e equipamentos, assim como as dificuldades quando se relaciona a necessidade de suporte aos usuários e a não aderência dos softwares de navegação às funcionalizadas disponibilizadas (KELLY ET AL,2005). Estes são os pontos considerados como os de potenciais conflito, tanto na implementação como na seqüência do uso da Tecnologia da Informação no processo de educação à distância para portadores de deficiências. Outro fator que diverge das regulamentações existentes é o próprio desenvolvimento tecnológico (CATHERALL,2004). Plataformas largamente utilizadas para a construção de cursos convencionais de e-learning, exemplo a Flash, já investiram no desenvolvimento de aplicações para deficientes visuais, tendo como primeiro trabalho o desenvolvimento de jogos eletrônicos (CATHERALL,2004).

ACESSO AO EAD OU AO PROCESSO EDUCACIONAL CONVENCIONAL

Do ponto de vista conceitual, as iniciativas de EAD necessitam prover também experiências reais de aprendizado e não apenas uma abordagem virtual do saber (KELLY ET AL,2005). Segundo Belloni (2002), o papel do professor, no processo de educação à distância, é fundamental para vencer a barreira da distância física para o aluno. O professor, então, atua como mediador, ou seja, aquele que estabelece uma rede de comunicação e aprendizagem multidirecional, por diferentes meios e recursos tecnológicos. Em termos gerais, é necessário tratar as necessidades de uso dos recursos de EAD dos deficientes, respeitar os conceitos pedagógicos do aprendizado, disponibilizar uma infraestrutura adequada aos professores e estudantes inseridos neste processo, bem como assegurar os

fatores de localização, associando as soluções e recursos necessários ao processo apropriado de ensino. A qualidade deste processo deve ser controlada por políticas e procedimentos rígidos em conformidade com as regras e normalizações vigentes abordando, conforme a figura 1, garantia da Qualidade, a acessibilidade, a utilidade, os resultados do Aprendizado, a infraestrutura, os fatores Locais e as necessidades do Aluno. (KELLY et al,2005).

O processo de adaptação do EAD para deficientes também deve ser utilizado na educação superior, uma vez que as barreiras são as mesmas. A adaptação do material didático e das formas de avaliação discente são modelos que auxiliarão na proposta de gestão para esta nova estrutura educacional (CARVALHO e DALTRINI, 2002).

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EAD

No Brasil, a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu capítulo V, que trata da educação especial (ver Anexo 1), define a modalidade de educação que se aplica aos alunos portadores de algum tipo de necessidade especial, prevendo serviços de apoio especializados quando as condições de ensino regulares não forem suficientes para atender aos deficientes, bem como professores treinados, educação especial para o trabalho, acesso aos programas sociais específicos etc (BRASIL,2008). A Lei nº 11.330/2006, modificou alguns pontos da Lei 9394, dividindo as responsabilidades igualmente entre Estados, Municípios e Distrito Federal, no que diz respeito à matrícula, oferta de cursos, capacitação de professores, integração das escolas (BRASIL,2008).

Conclusão

A tecnologia vem sendo desenvolvida e não há como deixar de aplicá-la no processo de EAD para portadores de deficiências. No ambiente brasileiro esta é também uma possibilidade em andamento e, mesmo não seguindo todas as normas internacionais, trazem grandes ganhos aos estudantes que não têm fácil acesso aos meios tradicionais de ensino, tais como deficientes auditivos, de visão e cadeirantes. Logo, como toda inovação tecnológica, o EAD para deficientes já foi implementado, é uma realidade que tende a se desenvolver cada dia mais e já se apresenta como modelo facilitador de milhões de estudantes em todo o mundo.

2. Referencial Teórico

Na educação a distância tem que haver constante atualização no conhecimento pessoal e profissional e qualidades do saber e da cultura tanto do cursista quanto do professor e demais pessoas envolvidas nessa modalidade de ensino.

De acordo com essa visão procurarei através de coletas de dados nas universidades em graduação na modalidade a distância, em cursos realizados online e com os tutores do curso. Trabalhar na linha de pensamento de Paulo Freire “Que a pedagogia da autonomia deve estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade”. Todavia também Moram afirma que: “As redes digitais possibilitam organizar o ensino e a aprendizagem de forma mais ativa, dinâmica e variada, privilegiando a pesquisa, a interação, principalmente das pessoas com necessidades especiais e a personalização em múltiplos espaços e tempos presenciais e virtuais” isso afirma que uma educação inovadora Professor (Tutor) e aluno (Cursistas) deixam de serem agentes passivos para se tornarem ativos na proposta estabelecida em suas pesquisas inovando e buscando novas formas de aprendizagem.

Assim como Orestes Pretti acrescenta: “o tutor, respeitando a autonomia da aprendizagem de cada cursista, estará constantemente orientando, dirigindo e supervisionando o processo de ensino-aprendizagem[...]. É por intermédio dele, também, que se garantirá a efetivação do curso em todos os níveis”. A orientação, acompanhamento pedagógico, o estímulo na busca de inovações e a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, tem que ser um marco referencial no ensino a distância. Com essa responsabilidade o professor tutor deve possuir um perfil profissional de capacidades, habilidades e competências estabelecida para essa função.

3. Metodologia

No primeiro momento o projeto será realizado com o método científico e investigatório. Com isto estarei lendo os relatos e pesquisas já executadas e aplicadas e também coletando dados através de entrevistas em cursos realizados online. Sendo estes dados aplicados em cursos online. O pessoal envolvido serão alunos e tutores de cursos online as coletas serão aplicadas através de entrevistas e perguntas em forma de questionários. Sendo analisado as dificuldades do ambiente, o relacionamento entre cursistas e tutores e as mídias utilizadas. Respeitando assim a opinião e a respostas recebidas.

4. Resultados e Discussão

A troca de experiências entre os educandos e os grupos de estudo, por meio da análise das concepções sobre os diversos pontos de vista, traz o questionamento de suas próprias ideias e atitudes. Neste desafio, os educandos devem atuar como sujeitos ativos de sua aprendizagem, socializando o conhecimento produzido pelo grupo, mas sempre respeitando os limites e as habilidades de cada indivíduo. O desenvolvimento da autonomia dos educandos amplia o campo de pesquisa em fontes diversas, bem como o interesse em busca de respostas para novos questionamentos.

A necessidade da melhoria da qualidade da educação faz com que o desenvolvimento educacional se descentralize e passe a ser democrático, tendo a participação de todos, o que gera o crescimento profissional do educando e do educador. Para que haja esta ação e reação, faz-se necessário que tanto o educando quanto o educador tenham acesso aos meios de comunicação e possam agir e participar das decisões que orientam este processo. O trabalho em conjunto requer compreensão dos passos a serem desenvolvidos. A percepção das competências permeia o aprendizado com o outro, levando a uma construção participativa. A implementação de planos, programas e projetos ajudam nesta concepção.

5. Conclusão

As pessoas com deficiência que até então tinham mais dificuldades de acesso à educação e às informações, graças à tecnologia podem estudar mais facilmente e com maior independência por meio do computador com teclados viáveis e vários softwares auxiliares. Assim, essas pessoas ganham mais autonomia e passam a contar menos com o auxílio de terceiros. Mas para tanto é preciso que os profissionais da tecnologia estejam atentos às necessidades destas pessoas e desenvolvam e apliquem todos os recursos possíveis visando a não exclusão de nenhum ser humano.

É preciso criar uma conscientização de que produtos e serviços sejam universais, ou seja, utilizáveis por qualquer pessoa sem nenhuma discriminação. As instituições de ensino devem ficar atentas e se preparar para receber e atender à diversidade de alunos, principalmente aqueles que possuem alguma dificuldade física, sensorial ou cognitiva.

As pessoas com deficiência que antes eram excluídas da sociedade e do mercado de trabalho, batalharam e aos poucos estão conseguindo que seus direitos sejam atendidos e cumpridos. Por meio da luta de algumas pessoas as demais estão se conscientizando da

importância da qualificação para assumirem seus cargos nas empresas, não apenas para preencherem cotas, mas para assumirem seus papéis na sociedade.

Percebe-se a ausência de políticas públicas ou mesmo a não aplicação de algumas existentes, que viabilizem a aquisição de computadores e recursos necessários para que as pessoas com deficiência possam realizar os cursos na modalidade EaD. Por outro lado, alguns desenvolvedores de tecnologias também não se apercebem que precisam adaptar seus ambientes e tecnologias para que tais pessoas também não sejam barradas nessa modalidade de ensino e aprendizado tão importante.

Entende-se é necessária a inclusão e a socialização dessas pessoas, mas enquanto a população não se conscientizar e ainda persistirem barreiras físicas, psicológicas, sociais e morais, a EaD é uma opção encontrada por alguns na tentativa de vencer os empecilhos e conseguir um diploma e uma profissão.

Referências

- GONZALEZ, Mathias. Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância. São Paulo: Ed. Avercamp, 2005.
- FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.
- LÉVY, Pierry. Cibercultura. São Paulo: Edições 34, 1999.
- MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- LOBO NETO, Francisco Jose da Silveira. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. In: SILVA, Marco. Educação Online. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. Págs. 399 – 415.
- MORAN, José Manuel. Educação a Distância. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/>. Acesso em: 16/06/2009
- PRETTI, Orestes. Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 2000.
- SOUZA, Carlos Alberto de et al. Tutoria em Educação a Distância. Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/088-TC-C2.htm> Acesso em: 19/06/2009
- PALLOF, Rena M & Keith Pratt. O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes online. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SILVA, Marcos. (organizador). Educação online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SONZA, A., SANTAROSA, L.M.C. Ambientes digitais virtuais: acessibilidade aos deficientes visuais. Revista do Pgie: Informática na Educação Teoria e Prática, 2003. Disponível em: www.cinted.ufrgs.br/renote/fev2003 Acesso em 26/04/2008